

A extensão universitária no ensino superior e a sociedade

Ana Lucia de Paula Ferreira Nunes

Pós-graduada em Pedagogia/Administração Escolar e graduada em Administração de Empresas. Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Campus de Frutal.

ananunesfrutal@hotmail.com

Maria Batista da Cruz Silva

Mestre em Educação Superior e graduada em Pedagogia-Licenciatura Plena. Professora e coordenadora pedagógica na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Campus de Frutal.

mariabatistacs@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo destacar a importância da extensão universitária no ensino superior. Procurou-se compreender a importância da universidade, rever suas formas de atuação e de interação com a realidade que a rodeia e as exigências decorrentes das velozes transformações do mundo contemporâneo. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica na qual se fez uma comparação entre o pensamento de vários autores: Buarque, Demeis, Neto, Santos, Silva, Soares, Wolff, entre outros. Para verificar o desafio que se coloca para todos engajados na educação que é o de desenvolver e implementar estratégias que possibilitem uma integração com as comunidades em seu entorno, transformando-as em participantes e protagonistas de projetos de mudança, inclusão social e desenvolvimento sustentável. Foi possível

constatar que universidade e sociedade precisam criar e compreender cada vez mais a capacidade transformadora do conhecimento produzido pela relação desses dois pólos, e procurar fortalecê-lo por meio da construção de projetos educativos e comunicativos, o que essencialmente abriria as portas das universidades à comunidade.

Palavras-chave: Extensão universitária; interação; universidade: projetos educativos e comunicativos.

Introdução

A extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual ela está inserida, uma espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de duas mãos em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações. Além disso, a universidade aprende com o saber dessas comunidades.

As universidades foram criadas no Brasil para atender às necessidades do país e foram distribuídas por todo o território nacional sempre associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político. Privilegiadamente, é um *lócus* para a produção e acumulação do conhecimento e a formação de cidadãos.

Segundo o Plano Nacional de Extensão, elaborado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e pela Secretaria do Ensino Superior do Ministério da Educação e do Desporto, a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

Nesse sentido, para compreender a complexa relação

entre a instituição universidade e a sociedade, é preciso resgatar a perspectiva da extensão universitária enquanto um processo da comunidade que permitiria a participação de alguns dos muitos excluídos na história. A partir da troca de saberes, a universidade e a sociedade (acadêmica e não-acadêmica) desenvolveriam projetos de futuro tanto para a sociedade quanto para a universidade.

O fortalecimento da relação universidade/sociedade prioriza a superação das condições de desigualdades e exclusão existentes. Através de projetos sociais, a universidade socializa seu conhecimento e disponibiliza seus serviços, exercendo sua responsabilidade social, ou mesmo sua missão: o compromisso com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Universidade e sua relação com a sociedade

A universidade é uma instituição social com mais de quinhentos anos de história, que desde sua origem possui um caráter inovador, inquietador e revolucionário. Contudo, diante dos avanços inestimáveis da sociedade, é fundamental que se resgate a função primordial das universidades, seu caráter civilizatório, promotor de valores culturais, morais e intelectuais.

Como ressaltou Buarque (2003), o futuro da universidade encontra-se ameaçado, pois ela não resistirá às velocidades do avanço do conhecimento e de sua divulgação. Ou seja, o sistema de ensino superior tem pela frente desafios que não podem ser adiados, tendo em vista a mutação tecnológica que atropela a tudo e a todos.

Nesse sentido, vem sendo travada em diversos segmentos da sociedade uma discussão sobre a missão das universidades e a relação entre as instituições de ensino superior e a sociedade, remetendo aos novos desafios que essa instituição enfrenta neste novo milênio. Os avanços tecnológicos, principalmente no campo da tecnologia da informação, têm alterado sobremaneira as relações no

interior das instituições, forçando-as a repensarem suas funções e os métodos para desempenhá-las.

A relevância da educação superior deve ser avaliada em termos da concordância entre o que a sociedade espera da instituição e o que a instituição realmente faz (UNESCO, 1998). Sob o prisma socioeconômico e cultural, pode-se observar que a política educacional desempenha um papel estratégico no desenvolvimento de uma nação. A necessidade de formar profissionais capazes de atuarem com determinação e competência em um mercado de trabalho competitivo e com uma visão crítica da realidade que se encontra em constante transformação exige que o processo de formação educacional seja implantado adequadamente em termos de funções e métodos.

De acordo com os princípios da economia de mercado, a articulação de acúmulos de capital em escala global e a apropriação provada que abrange todos os setores da organização social e da vida humana, a universidade deve cumprir o papel de facilitadora da produção de novos conhecimentos responsáveis pela interpretação de fatos e informações mundiais (SOARES, 2003).

Portanto, segundo Soares (2003), preparar profissionais com domínio da linguagem técnica, em condições de utilizar novos equipamentos e capacidade de processar novas informações passa a ser também uma responsabilidade da universidade, além de interferir de forma mais direta na sociedade em que está inserida.

Observa-se então que a globalização do mundo transferiu a ênfase do capital físico para o capital humano e intelectual. Numa época de preocupação com a preservação dos recursos e de grande volatilidade das tecnologias tornadas obsoletas, pode-se destacar que o único fator permanente de riqueza nesse ciclo viciosos é o homem, a sua capacidade intelectual e o seu conhecimento.

Nessa perspectiva, afirma-se a necessidade de crítica à atuação da universidade, sendo objeto de muitas publicações e debates. À luz de problemas reais, a

universidade terá de rever cada uma de suas formas de atuação: o ensino, a pesquisa e a extensão.

Ao refletir sobre o papel social desempenhado pelas instituições de ensino superior (IES) e em especial sobre o cumprimento da função de “produzir conhecimento, social e cientificamente relevantes, e tornar o conhecimento existente acessível a todos” (BOTOMÉ, 2001, p. 692), observa-se que a atividade de extensão deve ser um dos principais componentes para a reflexão quanto ao papel do ensino superior neste novo milênio, pois quando as necessidades forem naturalmente percebidas pela comunidade acadêmica e incluídas no seu fazer, as IES estarão cumprindo com a sua finalidade (SOARES, 2003).

Portanto, se a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que viabiliza a relação entre universidade e sociedade, a universidade pública enquanto um espaço de criação e recriação de conhecimento deve ser acima de tudo pública e, para tanto, a transformação social deve extrapolar os muros acadêmicos. Aqui, a universidade deve ser mais do que um laboratório, objeto de estudo ou campo de pesquisas, mas também uma instituição com pessoas, demandas, reivindicações, anseios e saberes que se encontram dentro e fora da universidade.

Então, pensar a extensão requer repensar o próprio modelo de universidade tanto no que se refere a questões pedagógicas e curriculares quanto a questões como produção e acesso ao conhecimento e a seus produtos. Em um novo modelo de sociedade, a universidade assumiria uma dimensão abrangente na qual estaria tão relacionada com a sociedade, que o cotidiano seria analisado por meio de uma visão crítica através dos conhecimentos da academia e da comunidade.

Na extensão universitária, ocorre uma troca de conhecimentos em que a universidade também aprende com a comunidade sobre seus valores e cultura. Assim, a universidade pode planejar e executar as atividades de

extensão respeitando e não violando esses valores e cultura. A universidade, através da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, há uma troca de valores entre a universidade e o meio (SILVA, 1997).

De fato, frente aos problemas engendrados pelo capitalismo globalizado, tona-se cada vez mais necessário unir a prática com a teoria, ou seja, as pesquisas, projetos e conhecimentos produzidos no interior das universidades necessitam estar subsidiadas pela realidade na medida em que essa fornece elementos propulsores para novos estudos.

Sendo assim, a ideia de extensão está associada à crença de que o conhecimento gerado pelas instituições de pesquisa deve necessariamente possuir intenções de transformar a realidade social, intervindo em suas deficiências e não se limitando apenas à formação dos alunos regulares da instituição. De fato, a preocupação das universidades deve ser de formar cidadãos para atuarem no mundo. Para tanto, o currículo não pode se limitar a simples transmissão de conhecimentos.

Por meio da extensão, a universidade tem a oportunidade de levar à comunidade os conhecimentos de que é detentora, os novos conhecimentos produzidos pela pesquisa e normalmente divulgados com o ensino. É uma forma de a universidade socializar e democratizar o conhecimento, levando-o aos não universitários. Assim, o conhecimento não se traduz em privilégio apenas da minoria que é aprovada no vestibular, mas difundido pela comunidade, consoante os próprios interesses dessa mesma comunidade (SILVA, 1997).

A universidade vai até a comunidade ou, por vezes, pode receber pessoas da comunidade em seu *campus*, prestando-lhes serviços, assistência, auscultando-lhes os anseios e as necessidades. A universidade coleta dados e informações, realiza estudos e pesquisas, visando à bem atender à comunidade (SILVA, 1997).

Portanto, a universidade, ao comunicar-se com a realidade local, regional ou nacional, tem a possibilidade

de renovar constantemente sua própria estrutura, seus currículos e suas ações, criativamente, conduzindo-os para o atendimento da verdadeira realidade do país (SILVA, 1997).

A relação entre sociedade e universidade, no que tange mais especificamente à extensão, vai além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimento, prestação de serviço e difusão cultural, mas aponta para uma participação efetiva da comunidade na própria atuação da universidade, nos conhecimentos produzidos e em um consequente confronto com a realidade. Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento via extensão se faria na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade (SILVA, 1997).

É importante salientar que segundo o Fórum de Pró-Reitores, que aconteceu no fim da década de 1980, a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade. Sendo assim, é preciso compreendê-la enquanto uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da *práxis* de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (SILVA, 1997).

Recuperando a história dessa instituição de ensino e sua relação com a sociedade, pode-se argumentar que o intuito da extensão é intensificar as relações transformadoras entre essas duas entidades por meio da concretização de processos que englobem várias dimensões da vida social, ou seja, a fermentação de processos educativos, sociais, culturais e científicos. Além do que, a atuação privilegiada

por esse relacionamento possibilita a formação de pessoas emancipadas, comprometidas com comunidade a que pertencem e com a sociedade em geral.

Nessa linha de raciocínio, Santos expressa que:

a abertura ao outro é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito para além da democratização do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino (SANTOS, 1995, p. 19).

Percebe-se com essa citação que os desafios do mundo moderno sinalizam para um processo de democratização da relação universidade x sociedade e esta, de propiciar a realização de atividades acadêmicas de caráter interdisciplinar, possibilitando a integração de áreas distintas do conhecimento.

O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, através dela, esse saber retorna à universidade testado e re-elaborado. A relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão como via de interação entre universidade e sociedade constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática.

Amplia-se a visão de sala de aula, de espaço de produção teórico-abstrata, numa dimensão tradicional, considerando sala de aula como todo o espaço, dentro ou fora da universidade, onde se realiza o processo histórico e social. Professores e alunos são sujeitos do ato de aprender e de

produzir conhecimentos no confronto com a realidade.

A partir do conceito de “extensão universitária”, é possível estabelecer uma relação entre universidade e outros setores da sociedade, focalizando, por exemplo, em projetos como assistência médica e jurídica, assim como outras atividades de prestação de serviço, de assessoria, eventos artísticos, culturais etc. As atividades de extensão são instrumentos eficazes para levar às pessoas que não frequentam os campos universitários, os conhecimentos produzidos pelos cursos ali oferecidos.

De fato, diante de uma sociedade com tantas desigualdades sociais e uma evidente falta de investimentos na área de saúde, moradia e educação, as instituições sociais não podem permanecer em sua redoma de proteção. É preciso que elas se voltem para os interesses e necessidades da maioria da população, implementando o desenvolvimento regional de políticas públicas.

Diante da deficiência dos sistemas sociais e educacionais, as atividades propostas pela extensão podem ser realizadas nas formas mais variadas por meio da interação direta com instituições organizadas da sociedade como empresas, escolas, associações, órgãos de imprensa, organizações não-governamentais.

Nesse raciocínio, a universidade, enquanto um ambiente rico de criatividade, saberes e potencialidades, pode em seu cotidiano acadêmico promover espetáculos culturais como teatro, músicas e outras manifestações. Além de promover seminários e debates sobre assuntos polêmicos tais como inclusão, alfabetização ou relacionados à área de saúde. Isso é benéfico tanto para sociedade quanto para a universidade.

Infelizmente, ao contrário das atividades de ensino, a extensão não se encontra enraizada nas universidades brasileiras. Os órgãos de financiamento e gestão do ensino e da ciência dedicam pouca atenção à atividade de extensão. Perde-se, assim, um importante elo de interação entre a universidade e a sociedade, com prejuízo para ambas.

É perceptível que existe entre universidade e demais setores da sociedade uma falta de comunicação e muitas vezes uma dificuldade por parte dos pesquisadores em justificar diante da comunidade, população, gestores e imprensa, a importância e a razão de ser de suas atividades de pesquisa e dos seus custos.

Assim, os profissionais universitários muitas vezes acabam por assumir uma posição superior, arrogante ou distante, procurando justificar-se apenas diante de seus pares e dos órgãos financiadores da ciência. Cria-se assim um distanciamento desnecessário e prejudicial tanto à sociedade quanto à universidade. Essa incompreensão mútua é uma das causas da crescente dificuldade com que se defrontam as instituições de ensino e pesquisa para obter condições mínimas de exercer suas atividades. O falso dilema entre “verbas para a pesquisa” e “verbas para projetos de maior alcance social” tem sido argumento fácil usado por governantes e políticos ao tomarem decisões orçamentárias.

Cotidianamente, costuma-se separar o conhecimento em científico e senso comum. Atribui-se um caráter de maior importância ao conhecimento produzido cientificamente como se esse fosse totalmente desvinculado da realidade concreta. Os ensinamentos dos ditos “mais velhos” são muitas vezes reduzidos a ditos populares, que não foram cientificamente comprovados.

No imaginário social predomina uma visão em vários graus distorcida e estereotipada dos cientistas. Há uma crença generalizada de que o desenvolvimento científico se faz apenas no exterior por meio de instituições que congregam grandes sábios, especialistas que se parecem mais com seres superdotados do que com seres humanos normais.

É óbvio que a universidade desde sua origem já passou por várias transformações e em muitas dimensões já adotou uma postura mais coerente com a sociedade. Como, por exemplo, os grupos de pesquisa e desenvolvimento de

projetos de inclusão social, que promovem a discussão da inclusão dos portadores de necessidades especiais na sociedade. Contudo, é necessário tomar cuidado para não cair em assistencialismo, apontado “solução” sem conhecer a vivência dessas pessoas. Cabe ao cientista outro papel.

O cientista moderno não é somente um indivíduo que busca novos fatos - ele opera também como um decodificador, capaz de, em sua especialidade, extrair e tornar acessível ao público os avanços na sua área específica de trabalho e uma universidade será tanto mais eficaz em sua função social, quanto mais cientistas-decodificadores dispuser em seus quadros (DEMEIS, 1998, p. 20).

Nesse sentido, para facilitar a comunicação e divulgar a ciência, é preciso levar à sociedade o saber desenvolvido e acumulado na universidade, decodificando-o para o público. É preciso esclarecer para a população quem é o intelectual, o cientista e seu papel na sociedade. É importante abrir um canal através do qual a universidade pode receber diretamente a influência da sociedade.

A construção desse novo modelo relacional vai além da divulgação do desenvolvimento científico, pois também tem a possibilidade de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino nos níveis fundamentais, médio e superior através de projetos de formação, treinamento e qualificação de atuais e futuros professores.

Vale destacar a importância de oferecer à população oportunidade de contato com os saberes através de teatros e museus, visando aguçar a curiosidade inata de todo ser humano. É imprescindível observar que a compreensão da natureza é um anseio de todo ser humano, e tal como as artes e os jogos, a ciência é uma atividade criativa acessível a todos.

Cada atividade deverá significar para o participante o desencadeamento de um processo de redescoberta de uma conquista de humanidade surgida num contexto social, político e econômico bem determinado e motivado por razões específicas. Pretende-se mostrar que a ciência é um fator de transformação social, de melhoria da qualidade de vida

principalmente quando seus frutos são partilhados por todos os segmentos sociais (DEMEIS, 1998).

Revisão bibliográfica

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, constituída de artigos científicos e livros desenvolvendo as temáticas sobre: A extensão universitária no ensino superior e a sociedade

A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica, embasada em vários autores e uma pesquisa nos métodos adotados pelos mesmos.

Conclusão

Percebe-se que a extensão universitária enquanto forma de estabelecer uma relação entre ensino superior e sociedade é imprescindível para formar cidadãos comprometidos com a realidade social. Nesse sentido, a extensão merece por parte das universidades particulares e públicas, assim como dos gestores, mais atenção e apreço.

O desafio que se coloca para os engajados na educação é o de desenvolver e implementar estratégias que possibilitem a integração com as comunidades em seu entorno, transformando-as em participantes e protagonistas de projetos de mudança, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

É preciso resgatar a legitimidade da universidade perante a sociedade, que sustenta o ensino superior, tornando possível a realização de uma reflexão crítica para sua transformação, bem como possibilitar a materialização do princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A extensão universitária deve atuar como elo entre a universidade e a sociedade, sobretudo com os segmentos menos favorecidos. Por meio de diversas ações distribuídas

em várias áreas temáticas como educação, saúde, comunicação, cultura, meio ambiente, direitos humanos, tecnologia e trabalho. A esperança é que a extensão universitária, muitas vezes relegada a um lugar periférico, seja dinamizada e ocupe a melhor dimensão no contexto da universidade.

Referências

- BOTOMÉ, S. P. Sobre a noção de comportamento.
- FELTES, H. P. de M.; ZILLES, U. (Orgs.) *Filosofia - diálogo de horizontes*. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 685-708.
- BUARQUE, C. Universidade ligada. In: *A universidade em questão*. Brasília: Editora UNB, 2003.
- DEMEIS, L. *A universidade e a pesquisa: o público e o privado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.
- SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.
- SILVA, O. da. O que é extensão universitária. *Integração: ensino, pesquisa e extensão*, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148-9, maio 1997.
- SOARES, V. L. A. O papel social das IES: contribuição do ensino superior particular. *Revista do Centro de Estudos Sociais Aplicados*, Belém, n. 6, p. 8, out. 2003.
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Conferência mundial sobre educação superior*. v. 14. Paris: UNESCO, 1998. Relatório final.
- WOLFF, R. P. *O ideal da universidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Universitas), 1993.

Higher education and society

Abstract

This study aimed to highlight the importance of Continuing Education in Higher Education. We sought to understand the importance of the university, to review their ways of acting and the way they interact with the reality that surrounds it. The survey was conducted by means of references, such as Smith (2003), Silva (1997), Botom (2001), Wolff (1993) among others. It was noted that it is necessary that the university and society to create and understand increasingly the transformative capacity of knowledge to the relationship between these two poles, which seek to strengthen it through the construction of educational projects and communication, which essentially would open the doors of universities to the community.

Keywords: Continuing education; interaction; university; educational projects and communicative.

Recebido em: 26/09/11

Aprovado em: 02/01/12